



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XVI nº 4708 – 25 de outubro de 2013

Sai o lucro do Santander Brasil no 3º trimestre

O Santander Brasil apresentou ontem 24/10, lucro líquido gerencial de R\$ 1,407 bilhão referente ao terceiro trimestre de 2013, montante 6,7% menor do que o registrado no mesmo intervalo de 2012, de R\$ 1,509 bilhão. Com isso, o lucro acumulado nos primeiros nove meses deste ano foi de R\$ 4,335 bilhões.

A filial brasileira respondeu por 24% do resultado global do Santander, mantendo o posto de mais lucrativa. Reino Unido veio em seguida, com 15%. O lucro líquido gerencial considera o resultado contábil com reversão das despesas com amortização dos ágios. Em relação ao segundo trimestre, houve recuo de 0,2%.

O resultado superou as estimativas de analistas do mercado consultados pela Agência Estado, em 11,4%. A média de oito casas consultadas (BTG Pactual, Citibank, Bank of America Merrill Lynch, Deutsche Bank, GBM Brasil, JPMorgan, Safra e UBS) indicava resultado de R\$ 1,263 bilhão. O Santander encerrou setembro com patrimônio líquido de R\$ 53,457 bilhões, cifra 1,3% maior do que a registrada no segundo trimestre. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do banco ficou em 10,6% no terceiro trimestre, 0,3 ponto porcentual inferior ao visto no segundo trimestre, de 10,9%. A carteira de crédito ampliada do banco espanhol totalizou R\$ 272,790 bilhões no terceiro trimestre, aumento de 2,3% ante os três meses imediatamente anteriores.

Apesar deste lucro, o banco continua demitindo, é lamentável, informou o diretor do sindicato e funcionário do banco Alexandre Eiras.



Ministra destaca importância do vale-cultura



A ministra da Cultura, Marta Suplicy, participou na última terça-feira (22/10), da reunião da direção da CUT, em São Paulo e destacou a importância da inclusão do vale-cultura na convenção coletiva que os bancários assinaram no último dia 18/10. A categoria é a primeira a aderir ao programa por meio de uma campanha salarial. Os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos terão direito a R\$ 50 por mês para utilizarem na compra de ingressos para shows, teatro, cinema, compra de CDs e outros produtos culturais.

Entre 2% e 10% deste valor é descontado, de acordo com a faixa salarial. A expectativa é atingir mais de 300 mil bancários. Além de apontar que a adesão ao programa não custa nada além de boa vontade dos empresários, o empregador poderá deduzir o valor ou no caso dos pequenos comerciantes, não terão o vale tributado como parte da folha, a ministra também falou sobre o reflexo que o programa pode trazer às regiões mais pobres.

Governo cobra dos bancos 'tarifa padrão'

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça convocou os maiores bancos brasileiros e a entidade que os representa para explicarem por que não estão oferecendo pacotes padronizados de produtos e serviços básicos, como manda norma do Conselho Monetário Nacional (CMN). O diretor do DPDC, Amaury Oliva, disse que as instituições financeiras não estão informando de forma clara aos clientes que eles podem contratar um dos quatro pacotes padronizados pelo governo ou ainda, se preferirem, escolher pela utilização de serviços separados, sem a necessidade de contratar um pacote completo.

A reunião foi convocada para a segunda semana de novembro. Os bancos que foram notificados na quarta-feira, dia 23/10, pelo DPDC foram: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC e Citibank, além da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). O Ministério da Justiça notificou essas instituições depois que uma reportagem informou que os cinco maiores bancos do País descumpriam a determinação do governo de oferecer aos clientes os pacotes padronizados com o mesmo número de produtos e serviços. Em seguida, o órgão fez uma análise tanto dos documentos entregues quanto das informações que constavam nos sites dos bancos. A medida foi anunciada no âmbito do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, com o objetivo de aumentar a competitividade entre as instituições financeiras. Antes, era quase impossível fazer a comparação entre os preços de pacotes básicos porque os bancos os colocavam nomes e serviços distintos. No entanto, a reportagem mostrou que, mesmo tendo três meses e meio para se adaptarem às exigências, nem mesmo as agências próximas à sede do Banco Central (BC) seguiam à risca o que manda a autoridade.

As instituições que descumprem as regras estão sujeitas às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do BC, responsável pela regulação e fiscalização do setor. Entre as sanções previstas pelo não cumprimento de normas do CMN estão advertência, multas e até a proibição temporária ou permanente para o exercício de direção na administração ou gerência desse tipo de empresa.